

“É chocante ver uma autoridade europeia dando cobertura ao terrorismo cometido pela entidade sionista contra os palestinos.”

De Mushir al Masri, membro do Hamas, sobre as declarações de Louis Michel, comissário para o Desenvolvimento e a Ajuda Humanitária da União Europeia, que visitou ontem a Faixa de Gaza. O comissário responsabilizou os dois lados, mas afirmou que o Hamas pratica terrorismo.

Pelé para presidente?



MARCELO NERI

Na primeira metade do século passado, pós-Lei Áurea, havia a crença de que o Brasil se transformaria naturalmente ao longo do tempo numa nação de mestiços. De fato, a parcela de negros na população vem caindo ao longo das décadas: de 14,64% em 1940 para 10,96 em 1950 e 6,21% em 2000, segundo os Censos Demográficos. Em contrapartida, os pardos seguem movimento oposto passando de 21,2% em 1940 para 26,5% em 1950 e 38,9% em 2000, confirmando a tese do caldeirão fervente misturando etnias.

A inovação racial da década atual é um aumento da parcela de negros que passa de 5,58% em 2002 para 7,46% em 2007 (era 5,35% em 1992), invertendo a tendência das décadas anteriores. Este aumento se dá também entre os pardos, de 40,5% em 2002 para 41,8% em 2007 (era 40,1% em 1992).

O crescimento da participação de negros na população brasileira no período 2002-2007 foi 5,98% ao ano! Se esta transformação continuar acontecendo à mesma taxa por mais cinco anos voltaríamos em 2012 à participação da população negra brasileira de 1950! Ou seja, revertermos

a tendência de mudança dos últimos 50 anos em dez. Este exercício revela a magnitude da mudança de respostas sobre raça recém-acontecido no Brasil. No caso da proporção de pardos esta taxa foi de 0,63% ao ano entre 2002 a 2007, na mesma direção, mas em ritmo pouco inferior aos 0,78% ao ano do período 1950-2000. Como no período não houve nenhuma revolução demográfica ou alteração no questionário da Pnad/IBGE, o aumento da proporção de negros na população parece ser uma mudança na forma como as auto-respostas individuais de raça foram reportadas. Notamos movimento semelhante na PME/IBGE. O que estaria por trás da mudança de composição racial reportada?

Senão vejamos: ao analisarmos estatísticas comparáveis para a composição racial da pobreza brasileira, constatamos que entre as pessoas de baixa renda (abaixo de R\$ 125 per capita mês) a taxa de crescimento média de negros foi de 7,03% ao ano. Ou seja, a população tem se tornado mais negra, mas nos segmentos de renda mais baixa, proporcionalmente ainda mais negra. No caso dos pardos esta taxa foi de 0,03%. Ou seja, o crescimento dos pardos é menor na população de baixa renda do que no total, indicando que a pobreza tem se tornado relativamente menos parda e mais negra. Como os pardos são a vasta maioria da soma de negros e pardos, os seus números dominam as séries agregadas dos dois. Isto é, a pobreza

tem se tornado menos afro-descendente, mas mais negra do que a população total.

O que houve de diferente no Brasil neste período a explicar a mudança? Como já tive a oportunidade de discutir neste espaço, ocorreu marcada redução de desigualdade de renda brasileira e expansão de programas sociais focalizados no pobres, sendo o Bolsa Família o maior dos exemplos. O programa serve hoje 25% da população brasileira. O Bolsa Família como programa focalizado nos pobres tende a ser pró-negro, pois a pobreza no Brasil é mais negra do que branca. A probabilidade de uma pessoa que se diz branca ser pobre é menos da metade do que de um afro-descendente. Mesmo quando comparamos pessoas com os mesmos atributos exceto raça, digamos, uma analfabeta de meia idade que mora numa favela de Salvador, a probabilidade de uma branca ser pobre é 29,4% menor do que uma não branca. Não há como não enxergar o tom mais escuro da pobreza brasileira.

Agora o meu segundo ponto aqui é que o Bolsa Família é pró-negro, não só porque ao buscar os mais pobres encontra naturalmente mais pretos (que são mais pobres que os brancos). Mas algo além disso. O Bolsa Família tem um viés pró-negro para além do fato de ser um programa pró-pobre. No suplemento da Pnad, entre pessoas exatamente iguais nas características observáveis como sexo, estado civil, educação, Estado, tamanho de cidade, moradora de favela etc. e em particular a renda per capita, o afro-

descendente apresenta uma probabilidade de acessar o Bolsa Família 10% maior que o branco. É como se o Bolsa Família incorporasse uma ação afirmativa implícita pró-negro para além da maior pobreza deste segmento. A probabilidade da negra acessar o Bolsa Família — assim como no Bolsa Escola do Fernando Henrique — é maior, ao passo que em programas mais antigos, menos pró-pobres como o BPC, é menor. Agora, por que isso ocorre, uma vez que não há ação afirmativa racial explícita nas bolsas? Talvez porque, no caso de uma política pró-pobre, a pessoa que carrega na pele as cores aparen-

O Bolsa Família como programa focalizado nos pobres tende a ser pró-negro, pois a pobreza no Brasil é mais negra do que branca

tes da pobreza possui mais facilidade de argumentar aos assistentes sociais e cadastradores municipais de programas sociais de que ela é pobre. O mesmo tipo de efeito se dá para a população favelada que também tem maior facilidade de sinalizar que é pobre. Isto poderia explicar por que cresceu a auto-reportagem de raça negra na população em geral e na dos pobres em especial. A maior facilidade de uma pessoa de cor negra (o mesmo se dá com uma favelada) sinalizar que é pobre geraria acesso facilitado a pro-

gramas que são explicitamente pró-pobres. O ponto é que pretos no Brasil não só são mais pobres, mas parecem ser mais pobres aos olhos de uma política focalizada. Será que o fato das políticas públicas no Brasil terem se engajado nos últimos anos na busca dos mais pobres pode eventualmente ter afetado como os brasileiros reportam a sua raça captada em pesquisas domiciliares? Ou, ainda mais artificialmente, isto reflete a discussão em curso sobre cotas raciais, que influenciou esta mudança (O livro de Sowell fala disso em outras experiências internacionais). Ou alternativamente a mudança corresponde a um aumento espontâneo do chamado “orgulho racial”.

Talvez ao fim e ao cabo não haja ligação causal entre os dois fatos, mas que merecem ser estudados isoladamente, a saber: I) O Bolsa Família serve relativamente mais a negros que a brancos, como fosse uma espécie de ação afirmativa implícita. II) O brasileiro em geral — e o pobre em particular — se percebe nos últimos anos mais como negro.

Nota: O título poderia ser “Obama para presidente do Brasil?”, mas como o efeito em questão se dá mais com negros e não nos pardos, Pelé se adapta como o símbolo do brasileiro de pele negra.

Marcelo Cortes Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, é autor de “Retratos da Deficiência”, “Cobertura Previdenciária: Diagnóstico e Propostas” e “Ensaio sociais”. mcneri@fgv.br

Cartas de Leitores

Correspondências para Av. Jaguaré, 1485, CEP 05346-902 - SP ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Taxa de juros no Brasil

“Parabenizo o Sr. Marcus Lanoni pelo artigo ‘Taxa de juros no Brasil: um caso de política’, publicado na edição de 22/01 do Valor, em razão da sua brilhante abordagem de um tema de grande relevância para a sociedade e que traz grandes implicações nas decisões das empresas e das pessoas. A formação da taxa de juros no Brasil a partir dos mecanismos de definição da taxa Selic raramente é analisada pelo seu viés político permitindo que tecnicismos inebriantes ofusquem efetivamente as forças de interesse que influenciam as decisões no sentido de manter o status dominante, mesmo que este traga desastrosos para o conjunto da sociedade. Um exemplo é o aumento da taxa Selic sob a égide de controle da inflação que implica em uma maior remuneração para os títulos públicos vinculados a esse indexador, aumentando, por conseguinte, o custo da dívida e reduzindo a disponibilidade de recursos para investimentos públicos em função da necessidade de gerar mais superávit primário. É intrigante saber a razão de uma dívida pública interna de R\$ 60 bilhões em 1994, por ocasião da implantação do Plano Real, saltar para um patamar de R\$ 1,3 trilhão ao final de 2008. Assim, foi extremamente pertinente a publicação do artigo em um momento em que se buscam caminhos para a reorganização da economia no seu conjunto.”

JOSÉ LUIZ MIRANDA
joseluizmiranda@terra.com.br

“Não vai ser com essa ‘reduçãozinha chifrim’ da taxa de juros que o Banco Central brasileiro vai conseguir minimizar os problemas causados pela crise econômica mundial, aquela que Lula classificou como ‘marolinha’. A verdade é que de nada adianta o Banco Central, através do Comitê de Política Monetária (Copom), baixar sua taxa básica de juros, a Selic, se não houver um efetivo controle para que essa vantagem, além de beneficiar os grandes clientes do sistema bancário, seja também repassada para os correntistas, que estão na base da pirâmide. Afinal, é notório que o sistema bancário brasileiro, comandado por ‘meia dúzia’ de instituições, inclusive as públicas, que se comportam como se fossem privadas, sabem que podem fazer o que e o que bem entenderem, inclusive não dividir com seus pequenos clientes os benefícios obtidos com essa redução de juros. Se o governo realmente quisesse tomar uma iniciativa que mexesse com o mercado, bastaria determinar que os bancos oficiais diminuíssem horizontalmente suas taxas de juros. Com tal atitude, tomada de forma impositiva, queria ver os bancos privados continuarem ‘jogando duro’ com seus correntistas, tal como insistem em fazer até agora.”

JÚLIO FERREIRA
julioferreira.net@gmail.com

América Latina em Davos 2009

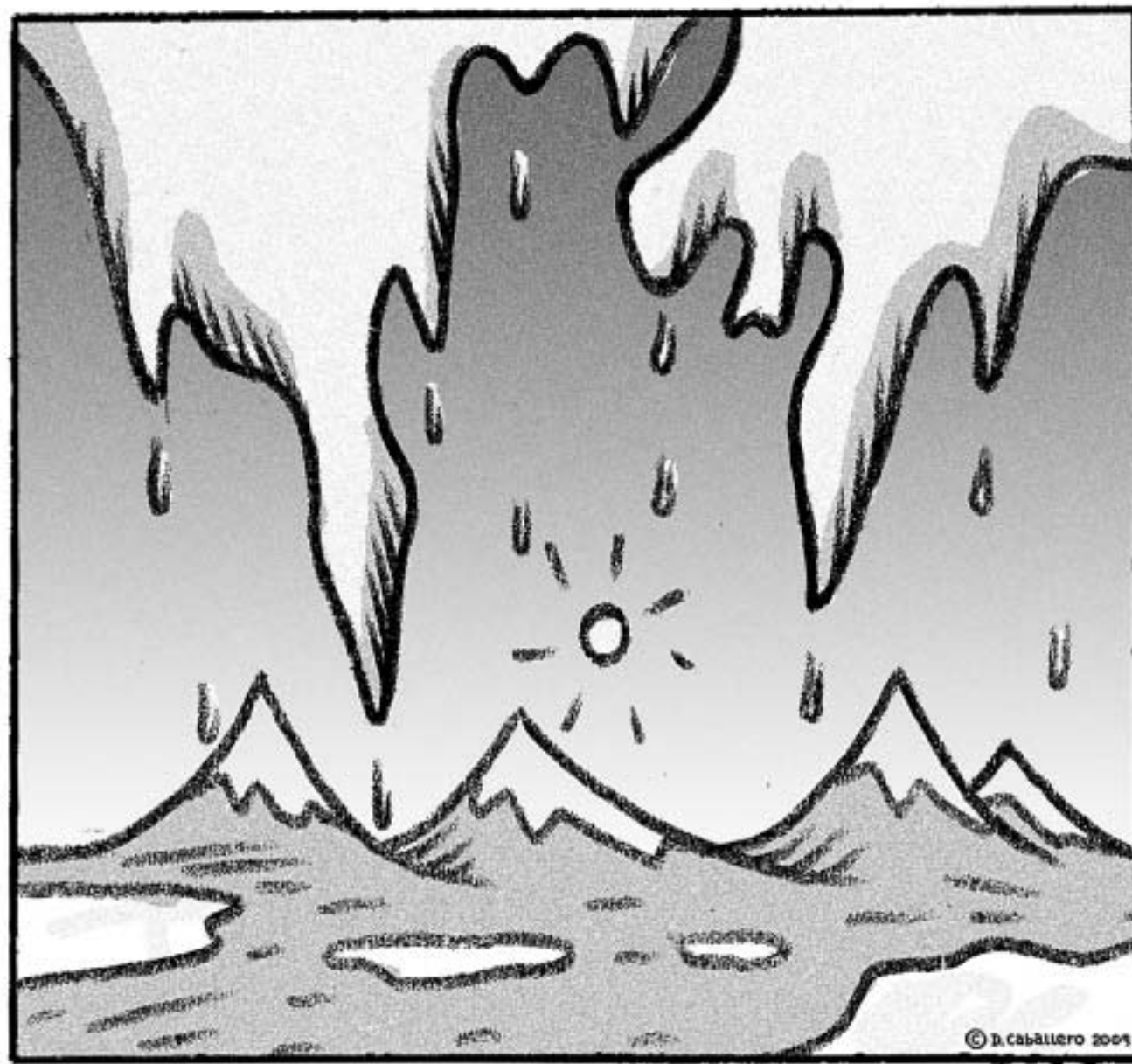
Os países da região poderiam ter mais presença em espaços como o Fórum Econômico Mundial. Por Javier Santiso

Todos os anos, em fins de janeiro e princípios de fevereiro, uma pequena estação de esqui nos Alpes suíços, Davos, converte-se se não no centro do mundo, mas em algo parecido. Todos (ou quase todos) os líderes, empresários a mando de multinacionais, meios de comunicação globais e líderes políticos internacionais do planeta migram para suas reuniões de cúpula.

Para alguns, o Fórum Econômico Mundial é, sem dúvida, uma grande feira de vaidades. Para outros, um encontro excepcional, que não tem igual, por conseguir reunir, durante um punhado de dias, a maior concentração de presidentes e delegados conselheiros do mundo juntamente com os principais chefes de Estado e governo de cerca de 40 países. Em um ambiente relaxado, é possível cruzar e bater papo pelos corredores com nomes como Bill Gates, George Soros ou Tony Blair, todos eles presentes em edições anteriores.

A realidade de Davos provavelmente está entre esses dois extremos. O certo é que a edição de 2009 apresenta-se como excepcional, coincidindo com a maior crise econômica e financeira experimentada desde princípios do século passado. Este ano, viajarão a Davos mais de 40 chefes de Estado e um total de 2,5 mil líderes empresariais, políticos, acadêmicos e membros da sociedade civil. Os empresários (67% do total), da mesma forma que em anos anteriores, dominarão um encontro, antes de tudo, econômico e empresarial. No total, mais de 90 nacionalidades estarão representadas, embora nem todas com a mesma densidade. Não é motivo de surpresa que os líderes procedentes dos Estados Unidos predominem (682 do total), à frente dos procedentes da Inglaterra (306), Suíça (206), Alemanha (134) e França (102), os cinco países com maiores representações. Estas nações encabeçam as classificações mundiais em termos de Produto Interno Bruto (PIB), concentrando respectivamente cerca de 21% do PIB mundial e mais de 3% para as duas primeiras.

Uma análise detalhada destes viajantes alpinos aponta os ganhadores e perdedores da globalização. Dessa forma, com a exceção de uma boa representação sul-africana, o continente africano, como em anos anteriores, será o grande ausente do compromisso. Participarão 42 líderes da África do Sul. A estes, somam-se alguns do Marrocos (18), Egito (12), Nigéria (10), Quênia (4) e Moçambique, Gana e Tunísia (1). No total, ha-



verá apenas 60 pessoas provenientes do continente, ou seja, menos do que o total da representação de um país como a Índia (83 líderes no total, sem incluir os indianos que lideram empresas globais como Arcelor Mittal ou Pepsico ou os que estão em outros países).

Mais surpreendente ainda é a (relativa) escassa representação proveniente da América Latina, cuja delegação é, inclusive, inferior à representação africana assinalada logo atrás. Os latino-americanos possuem representação relativamente inferior a seu tamanho e peso. É o caso do Brasil, com apenas 18 líderes provenientes do país neste ano, e o México, com 21. A estes, somam-se outros 25 latino-americanos provenientes da região (Argentina, Colômbia, Venezuela, Bolívia, Chile e Peru são as outras nações representadas). Argentina e Chile têm uma cota comparativamente menor do que a do Paquistão, Egito, Nigéria, Arábia Saudita e Kuwait.

O caso da América Latina chama ainda mais a atenção se considerarmos que, com a exceção precisamente dos dois líderes regionais, Brasil e México, as outras grandes economias emergentes terão representações bem nutridas. A Índia domina, com 83 representa-

tes, à frente da Rússia (55), China (43), Emirados (41), a já mencionada África do Sul (42), Arábia Saudita (31), Turquia (30) e Coreia do Sul (19). Claramente, nem todas as nacionalidades estão representadas de acordo com seu peso econômico ou a importância de suas empresas na esfera mundial.

Já mencionamos o caso da América Latina. Também seria possível argumentar que a delegação chinesa não está alinhada com o peso internacional do país, já que sua representação é cerca de duas vezes menor do que a da Índia e pouco superior à dos Emirados ou África do Sul.

O mais interessante em Davos não está nas sessões e conferências, mas nos líderes que fazem e desfazem as agendas e relações mundiais

Provavelmente, o mais interessante em Davos não está nas sessões e conferências, mas na capacidade do evento para convocar e concentrar, em um punhado de dias, toda uma série de líderes que fazem e desfazem as agendas e

relações mundiais, tanto econômicas como políticas. A partir deste ponto de vista, Davos é um lugar de encontros, de “networking”, como diriam os anglo-saxões, excepcional. Mas também é uma ocasião única para verificar a pulsação dos assuntos do mundo. Em 2008, os fundos soberanos e as multinacionais de países emergentes — principalmente da Índia, China e Rússia — dominaram os debates. Em 2009, a crise monopolizará todos os debates e reflexões. Todos eles, fundos soberanos, multinacionais de países emergentes ou a crise mundial, são temas de grande relevância para as economias latino-americanas.

Esperamos que em 2010, não apenas tenhamos saído da crise, mas que também, além disso, a América Latina também esteja mais presente em Davos ou, em todo caso, mais presente de acordo com o tamanho exigido por suas empresas e economias. A presença de três países latinos em um fórum como o G-20, que cobra cada vez mais importância, convida a pensar que a América Latina também poderia ter mais presença em espaços como Davos.

Javier Santiso é diretor do Centro de Desenvolvimento da OCDE.